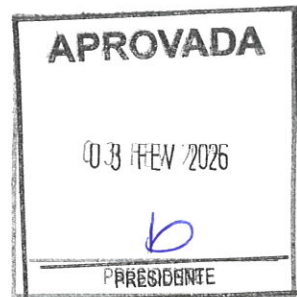


ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA I REALIZADA EM 19/12/2025.

PRESIDENTE: PAULA CALIL. **SECRETÁRIA(O):** KATIUSCIA MANTELI/ KÁSSIO COELHO. **VEREADORES PRESENTES:** PAULA CALIL, MAYSALÉÃO, MICHELLY ALENCAR, KATIUSCIA MANTELI, ADEVAIR CABRAL, ALEX RODRIGUES, BAIXINHA GIRALDELLI, CEZINHA NASCIMENTO, CHICO 2000, DANIEL MONTEIRO, DEMILSON NOGUEIRA, DÍDIMO VOVÔ, DILEMÁRIO ALENCAR, EDUARDO MAGALHÃES, ILDE TAQUES, JEFERSON SIQUEIRA, KÁSSIO COELHO, MARCREAN SANTOS, MARCUS BRITO JR., PROF. MÁRIO NADAF, RANALLI, SAMANTHA ÍRIS, SARGENTO JOELSON, T. CORONEL DIAS, WILSON KERO KERO. **VEREADORES AUSENTES:** MARIA AVALONE (AUSÊNCIA JUSTIFICADA); DRA. MARA. Às 09h43, feita a verificação de quórum, constatando-o suficiente, a sra. presidente – vereadora Paula Calil solicitou que a primeira secretária – vereadora Katiuscia Manteli proferisse a leitura de convocação da presente Sessão Extraordinária. Ato contínuo, “*Invocando a proteção de Deus em nome da liberdade e da democracia*”, a sobredita presidente declarou aberta a presente sessão extraordinária. Em seguida, os vereadores se posicionaram em postura cívica para a execução do Hino de Cuiabá. No **Expediente da Primeira Secretaria** foi registrado a CI n.º 165/2025 – gabinete da vereadora Maria Avalone – justificativa de ausência na Sessão Ordinária do dia 18/12/2025, bem como da Sessão Extraordinária que será realizada em 18/12/2025 às 20h e 19/12/2025 nas Sessões Extraordinárias às 09h, 14h e 16h, por motivos de saúde; Of. GP n.º 4061/2025 – solicitando a retirada de pauta da Mensagem n.º 147/2025 que substituiu a Mensagem n.º 136/2025, com o respectivo Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a criação, na área rural do município de Cuiabá, da Zona de Urbanização Específica Privada – ZUEP, e dá outras providências. Na sequência, foi dado início a fase da **Ordem do Dia**. Foi apreciado o Processo n.º 54854/2025 – Projeto de Lei Substitutivo: Mensagem n.º 128/2025 com o respectivo Projeto de Lei que “estima a receita e fixa a despesa do município de Cuiabá para o exercício financeiro de 2026”, em substituição à Mensagem n.º 110/2025, de autoria do Executivo Municipal, na fase primeira, a forma nominal/eletrônica, e quórum de maioria absoluta (M/A art. 104 DA L.O.M.). Em seguida, a presidente Paula Calil colocou em discussão os pareceres da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) e Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) que eram pela aprovação. Em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 22 (vinte e dois) votos favoráveis (votos favoráveis dos vereadores Ranalli, Alex Rodrigues, Marcrean Santos, Marcus Brito Jr., Chico 2000, Baixinha Giraldelli, em separado), uma abstenção, e 03 (três) ausências dos edis, a saber: Wilson Kero Kero, Maria Avalone, e Dra. Mara. Do Projeto de Lei em si. Posto em discussão. Para discutir a vereadora Maysa Leão afirmou que precisava justificar o voto contrário à lei orçamentária, reconhecendo que o orçamento era necessário para o funcionamento da prefeitura; relatou ter analisado a peça orçamentária e as mudanças realizadas, especialmente em áreas que considerava de grande vulnerabilidade, como a Secretaria da Mulher, ressaltando que, mesmo com emendas, os recursos continuavam insuficientes; apontou discrepâncias nas áreas de esporte, cultura e lazer, afirmando que não haveria condições de desenvolver ações nessas áreas; destacou a necessidade de investir em lazer e cultura para enfrentar a cooptação de



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

crianças e jovens por facções criminosas e mencionou a existência de equipamentos públicos abandonados sem previsão adequada de recursos; também citou problemas na composição orçamentária das secretarias de Assistência Social e de Obras, relacionadas à recuperação de córregos e áreas deterioradas da cidade; concluiu que o orçamento, de aproximadamente 5,4 bilhões, apresentava alocações que considerava inadequadas. Para discutir o vereador Dídimo Vovô afirmou que votaria contra a Lei Orçamentária, justificando seu voto à população; relatou que havia uma grande discrepância entre o que o prefeito pregava e a realidade do orçamento enviado, citando que o gestor declarara publicamente, inclusive no parlamento, que não precisaria de mais de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a comunicação; ressaltou que a LOA do ano anterior veio com R\$ 20.982.000,00 (vinte milhões, novecentos e oitenta e dois mil reais) para o setor, sendo alterada para R\$ 12.982.000,00 (doze milhões, novecentos e oitenta e dois mil reais), e que a nova proposta apresentava um aumento de 204% (duzentos e quatro por cento), chegando a R\$ 39.500.000,00 (trinta e nove milhões e quinhentos mil reais); apontou que a cidade estava abandonada, com mato alto nas principais avenidas, e criticou a retirada de mais de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) do orçamento da Secretaria de Obras e da LIMPURB; afirmou que o prefeito realocou esses recursos para a Secretaria de Comunicação, a Procuradoria Geral e a Secretaria de Mobilidade Urbana, priorizando-os sobre serviços essenciais; concluiu dizendo que, por considerar o prefeito despreparado e a cidade em estado de abandono que tenderia a piorar, votaria contra a peça orçamentária. Pela liderança do governo municipal Dilemário Alencar defendeu a LOA 2026, afirmando que era realista e baseada na média financeira dos últimos três anos, e não em uma "narrativa enganosa" de marqueteiros; questionou a validade de alocar R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) para uma secretaria cujo gasto real seria de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); frisou que a atual gestão não enganaria o povo e que a Secretaria da Mulher recebeu mais recursos do que em períodos anteriores, e declarou que houve avanços nas áreas de esporte e lazer, com parcerias para recuperação de centros e praças esportivas, bem como a redução significativa de buracos na cidade desde o ano anterior; observou que, mesmo tendo sido oposição ferrenha na gestão anterior, sempre votou a favor da LOA para não deixar Cuiabá sem orçamento; alertou que reprová-la significaria deixar a cidade sem recursos para saúde, educação, atendimento a autistas e à população carente a partir de 1º de janeiro, concluindo que a rejeição do orçamento deixaria o município desassistido. Para discutir o vereador Ilde Taques rebateu alegações feitas anteriormente, na condição de presidente da Comissão de Fiscalização Orçamentária; afirmou que o debate da LOA na comissão já ocorrera há alguns dias e esclareceu que um orçamento não significa execução, pontuando que o orçamento da obra ainda apresentaria uma superestimativa de mais de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) em relação ao executado no ano; contradisse a informação de que recursos foram tirados da obra para a comunicação, destacando que a saúde, por exemplo, teve um aumento orçamentário de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), passando de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) para R\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais); por fim, informou que, por meio de emendas modificativas, foram realocados R\$ 1.000.000,00 (um



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

milhão de reais) da comunicação para a habitação e outros R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a assistência social. Para discutir o vereador Jeferson Siqueira contestou o líder do governo, enfatizando que votar contra a LOA não significava votar contra Cuiabá; observou que a base do prefeito Abílio, inclusive o próprio líder, votou em regime emergencial durante todo o ano, o que dificultou a discussão qualificada do orçamento; criticou o fato de a LOA ter sido enviada "ao apagar das luzes", sem tempo hábil para um debate adequado que pudesse assessorar o Executivo; ressaltou que posicionamentos contrários, como os dele e dos vereadores Maya Leão e Dídimo Vovô, eram legítimos e não representavam oposição ao desenvolvimento da cidade; por fim, questionou como seria o voto do líder do governo quando fosse discutido o aumento do IPTU em 40%, sugerindo que a coerência política seria posta à prova naquela futura votação. Para discutir a vereadora Samantha Íris discorreu que alguns vereadores que alegavam querer mais tempo para discussão quase não compareciam às sessões, o que tornava o processo complicado; frisou que, independentemente disso, o importante era que estavam ali para debater e ressaltou que houve duas audiências públicas específicas sobre a lei orçamentária. No uso da palavra a presidente Paula Calil exortou os vereadores a manterem a calma e o respeito, destacando que a pauta em discussão era de grande importância para o município de Cuiabá; enfatizou a relevância dos debates e ressaltou que o plenário era plural, com posicionamentos diversos que deveriam ser respeitados por todos. Retomando a palavra a vereadora Samantha Íris destacou que, para uma discussão efetiva, era necessária a presença dos parlamentares, lembrando que foram realizadas duas audiências públicas sobre a LOA com a participação de representantes de diversos setores, como esporte e causa animal, que tiveram suas dúvidas sanadas; pontuou que a gestão atual trabalhava com a transversalidade das secretarias, onde políticas como o cuidado com a mulher eram integradas em várias pastas; observou que alguns vereadores que reclamavam de falta de clareza não estiveram presentes nas audiências para esclarecer dúvidas, enquanto os que estiveram puderam debater; concluiu defendendo a necessidade de justiça no debate e reconheceu ganhos da gestão, como a integração entre saúde e educação para tratar de questões como o autismo, e a articulação entre esporte, educação, trabalho, turismo e a secretaria da Mulher, acreditando que esses avanços seriam mantidos. Para discutir a vereadora Michelly Alencar parabenizou a condução das audiências públicas sobre a LOA pelos vereadores Ilde Taques e Samantha Íris, destacando a importância da discussão e a participação de representantes do esporte; compartilhou sua preocupação inicial com os orçamentos das pastas da Mulher, do Esporte e de Obras, afirmando que as audiências foram essenciais para compreendê-los; registrou sua insatisfação, como mulher, com o orçamento inicial da Secretaria da Mulher, mas reconheceu os avanços históricos no esporte, citando a realização de competições e ações entregues; agradeceu a presença e a contribuição de conselhos e representantes do setor esportivo, como o CREF e o senhor Pedro Verão, para esclarecer como a transversalidade e os investimentos funcionariam; por fim, enalteceu a emenda modificativa do Executivo que ampliou o orçamento da Secretaria da Mulher, concluindo que a LOA se mostrou real, transparente e fundamentada, o que a deixou tranquila para votar a favor. Para discutir o vereador Chico 2000 afirmou que essa era uma das sessões mais importantes da Casa; alertou para a necessidade



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

de coerência entre o discurso atual e as ações passadas dos parlamentares, criticando aqueles que hoje defendem o que antes criticavam; defendeu que todas as opiniões e números apresentados fossem respeitados, rechaçando o argumento de que votar contra uma peça orçamentária significaria votar contra Cuiabá, pois isso implicaria que alguns vereadores teriam votado contra a cidade por oito anos; concluiu exortando os colegas a terem cuidado com suas falas, para que não fossem contraditórias, e a respeitarem os estudos realizados por vereadores como Dídimo Vovô, sugerindo que defendessem a peça atual sem citar o passado, que poderia condená-los no presente. Para discutir o vereador Daniel Monteiro iniciou concordando com o Vereador Chico 2000 sobre a incoerência de acusar um parlamentar de votar contra a cidade por discordar; enalteceu a postura dos vereadores Maysa Leão, Jeferson Siqueira, Dídimo Vovô e Chico 2000, que se opõem ao *status quo*; no entanto, reafirmou seu entendimento de que o orçamento era uma prerrogativa do Executivo e que o Legislativo possui instrumentos de negociação e pressão política, citando o aumento, ainda que insuficiente, da verba da Secretaria da Mulher como resultado desse embate; alertou para uma "subversão de valores" na política nacional, onde o Legislativo detém mais recursos via emendas do que o Executivo para investimentos, o que considerava prejudicial para o presidencialismo e para a divisão tripartite do Estado; definiu o papel do parlamento como a aprovação do orçamento e sua fiscalização no ano subsequente; concluiu afirmando que votaria a favor da LOA por ser uma atribuição do Executivo, mas que manifestaria suas discordâncias (especialmente sobre as pastas da Mulher e Assistência Social) e fiscalizaria rigorosamente a execução orçamentária no ano seguinte, para evitar que a gestão futuramente alegue falta de condições de trabalho devido à inação desse parlamento. Para discutir o vereador Demilson Nogueira relatou com base em sua experiência de cinco anos nesse parlamento e quatro na comissão de fiscalização orçamentária, de ter sempre votado a favor dos orçamentos, e apresentando emendas; concordou com o entendimento do vereador Daniel Monteiro sobre a prerrogativa orçamentária do Executivo; criticou os orçamentos passados, afirmando que, apesar de maiores no papel, sua execução era baixa e serviam principalmente para remanejamentos entre secretarias; destacou que a peça orçamentária municipal era altamente engessada, com cerca de 60% dos recursos já vinculados a educação (25%) e saúde (30%); salientou que o papel da Casa não era desfigurar a LOA, mas fiscalizar sua execução, tanto desse ano que findava quanto a do próximo; revelou que, ao discutir a Secretaria da Mulher, verificou que a execução real tinha sido pouco acima de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), reconhecendo que o valor apresentado na LOA refletia essa realidade, mas admitiu que ainda era insuficiente para as necessidades. Para discutir o vereador Alex Rodrigues relatou que, após aprofundar seus estudos como membro da Comissão de Fiscalização Orçamentária, decidiu retirar as emendas que havia proposto; explicou que, após participar das audiências públicas e de uma reunião específica com o secretário Nivaldo, analisou os dados da Secretaria de Obras e constatou que: a LOA de 2024 foi de R\$ 466.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões de reais) com liquidação de R\$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais); a de 2025 foi de R\$ 725.000.000,00 (setecentos e vinte e cinco milhões de reais) com liquidação de R\$ 319.000.000,00 (trezentos e dezenove milhões de reais); e a proposta para 2026 é de R\$ 523.000.000,00 (quinhentos e vinte e três milhões de



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

reais); concluiu que o papel do Legislativo não era inflar o orçamento, mas fiscalizar sua aplicação, dando condições para o Executivo trabalhar com um planejamento realista feito por especialistas; afirmou que, em relação à saúde, a maior parte dos recursos era para custeio, sobrando pouco para investimentos; por fim, defendeu a necessidade de dar credibilidade ao Executivo e reafirmou o compromisso de fiscalizar rigorosamente a execução orçamentária. Para discutir a vereadora Baixinha Giraldelli afirmou que a Lei Orçamentária Anual de 2026 não tratava apenas de números, mas de prioridades, escolhas e compromisso com as pessoas; defendeu a LOA equilibrada de mais de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) como garantia para o funcionamento de Cuiabá, com saúde e educação mantidas como prioridades; reconheceu que a LOA não resolvia tudo sozinha, mas criava as condições para a cidade avançar; declarou que seu papel como vereadora era fiscalizar, acompanhar e garantir a boa aplicação de cada real, com o compromisso de defender um orçamento que cuide das pessoas e de assegurar que nenhum centavo seja desviado; concluiu enfatizando que o dinheiro público, proveniente dos impostos, deveria ser bem aplicado e rigorosamente fiscalizado centavo por centavo, definindo essa fiscalização minuciosa como o dever fundamental do vereador perante o povo. Para discutir o vereador Ranalli dirigiu-se à população para esclarecer que a LOA apresentava uma visão mais realista, parabenizando o vereador Ilde Taques pela condução das discussões e o prefeito Abílio e o secretário Nivaldo pela elaboração da peça; observou que, apesar do amplo debate, poucos vereadores compareceram para participar das discussões; explicou que, diferentemente das LOAs passadas que eram construídas sobre orçamentos fictícios (com previsões muito superiores à execução), a atual usou uma métrica baseada no valor efetivamente executado nos últimos anos; reconheceu o direito de cada vereador de opinar, especialmente em suas áreas de atuação, citando suas próprias emendas para a categoria dos vigilantes; concluiu defendendo a aprovação da LOA para que Cuiabá não pare em janeiro e possa receber os investimentos necessários. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 20 (vinte) "votos sim" ("votos sim" dos vereadores Kássio Coelho, Baixinha Giraldelli, em separado), 03 (três) "votos não", e 03 (três) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Maria Avalone, e Dra. Mara. Para declaração de voto a vereadora Michelly Alencar declarou que a Câmara havia acabado de votar uma das peças mais importantes para o desenvolvimento da cidade no próximo ano, reconhecendo a grande expectativa sobre o funcionamento das diversas secretarias; afirmou que, pela primeira vez, ao participar mais ativamente das discussões e ouvir os secretários, conseguiu votar com tranquilidade, pois já via resultados concretos em 2025, como a distribuição de material educacional inédito e premiações de maior qualidade para atletas; ressaltou que todas essas ações dependem de recursos orçamentários, desde a compra de material escolar e tinta para quadras até o reparo de buracos; expressou confiança de que a população desfrutará dos benefícios do orçamento realista e discutido que foi aprovado, permitindo que as escolas tenham a infraestrutura merecida e que as ações governamentais continuem avançando; concluiu dizendo ter votado com satisfação, por entender que foi dado o primeiro passo para manter os avanços. Em tempo, o vereador Demilson Nogueira solicitou permissão para anunciar o falecimento do ex-deputado e ex-conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, externando seus sentimentos e os da Casa ao familiar do falecido, Dr. Maurélio, a quem se referiu



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

como um grande irmão. No uso da palavra a presidente Paula Calil manifestou seus sentimentos de pesar à família do Dr. Maurélio, do senhor Antônio Carlos e de toda a família do senhor Oscar Ribeiro. Para declaração de voto a vereadora Maysa Leão justificou seu voto, afirmando fazê-lo com integridade intelectual e coerência; criticou a prática de diminuir o trabalho alheio, mantendo-se tranquila quanto à aprovação da LOA, cujo resultado positivo já era previsível; defendeu seu direito, conquistado com seus 5.615 votos, de votar contra com base em uma análise técnica e estudos conduzidos por sua equipe, sem questionar ou vulnerabilizar os argumentos dos demais parlamentares; relatou que, ao longo do ano, secretários municipais repetidamente lhe disseram não ter verba para executar suas políticas, e que a nova LOA diminui os orçamentos dessas mesmas pastas, o que a preocupava; concluiu afirmando que discordava da peça do Executivo, votou contra, e espera que a gestão no ano seguinte prove que sua análise estava errada, reafirmando seu direito democrático de defender suas convicções. Para declaração de voto o vereador Dídimo Vovô justificou seu voto contra, enfatizando que a LOA apresentava uma grande discrepância e não era realista; alertou os vereadores e a população, argumentando que o líder do governo, ao classificar a LOA de 2025 (em execução) como *fake news*, estava, na verdade, acusando o próprio Executivo de ser *fake news*; explicou que o prefeito Abílio Brunini havia solicitado no ano anterior a não votação da LOA para fazer alterações, recebendo a peça do ex-prefeito Emanuel Pinheiro e ficando com ela por 25 dias; proferiu que, se havia *fake news*, ela partiu da gestão atual; criticou a redução de mais de R\$ 201.000.000,00 (duzentos e um milhões de reais) no orçamento da Secretaria de Obras, que passaria de R\$ 723.000.000,00 (setecentos e vinte e três milhões de reais) para um valor menor, afirmando que a cidade sofre com essa gestão, razão pela qual votou contra, ironizando com um "Parabéns, prefeito Abílio Brunini". Para declaração de voto o vereador Jeferson Siqueira iniciou criticando parlamentares que se ausentam da votação de matérias importantes; em seguida, parabenizou o posicionamento técnico das vereadoras Maysa Leão e Dídimo Vovô; lembrou que, quando o ex-prefeito Emanuel Pinheiro encaminhou a LOA ao prefeito Abílio, o foco deste estava na eleição da mesa diretora da Câmara, onde, segundo ele, o prefeito interferiu, negociou cargos (como a nomeação de marido de vereadora para secretário) e transformou o processo em uma "bancada de negócio"; acusou o prefeito de agora se apresentar como "bom moço" e defensor das mulheres, sem respeitar sua própria vice-prefeita; justificou seu voto contra pela falta de planejamento na LOA, caracterizando o debate como uma "guerra de narrativas"; concordou com o vereador Alex Rodrigues sobre o papel fiscalizador do Legislativo, que já estaria em curso, e alertou que a população terá publicidade sobre os atos da gestão; por fim, ironizou a defesa feita por alguns vereadores, como Michelly Alencar, que atacavam o passado mas se esquecem de que a LOA em execução em 2025 é a "LOA *fake news*" do prefeito Abílio Brunini. Para declaração de voto a vereadora Samantha Íris comentou, de forma irônica, que ouvir o que é necessário e depois sair do plenário também contava como participação; declarou ter votado com tranquilidade, expressando confiança no prefeito que, apesar das dificuldades, entregou muitos benefícios à população; observou que quem não viu essas entregas talvez esperava outro tipo de ação, não característico da gestão; afirmou que a LOA em votação era realista, diferentemente dos orçamentos passados



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

que, segundo ela, eram feitos por marqueteiros para parecerem "lindos e maravilhosos", enquanto o atual foi elaborado por um economista com base em números corretos; esclareceu que a aparente diminuição no orçamento da Secretaria de Obras se devia ao cancelamento de um empréstimo que a Casa havia cancelado; concluiu ressaltando que a LOA realista era necessária porque muitas verbas das secretarias tiveram que ser usadas para pagar dívidas da gestão anterior, o que explicaria a falta de recursos em alguns setores durante o ano. Para declaração de voto o vereador Ilde Taques declarou ter votado com tranquilidade, acreditando que a decisão daria condições para o Executivo realizar as ações necessárias em 2026; ressaltou o extenso trabalho e debate de sua comissão, composta também pelos vereadores Alex Rodrigues e Samantha Íris, que realizou duas audiências públicas com a presença do secretário Nivaldo; parabenizou cada vereador que votou conscientemente a favor da LOA e respeitou aqueles que votaram contra, enfatizando que essa Casa era um espaço político onde o debate era essencial, mas expressou sua convicção de que estavam avançando. Após, foram apreciadas em bloco, a emendas impositivas, a saber: Emendas n.ºs 127/2025 e 128/2025 de autoria do vereador Adevaír Cabral; Emendas n.ºs 146/2025 e 148/2025 de autoria da vereadora Baixinha Giraldeili; Emendas n.ºs 115/2025 e 196/2025 de autoria do vereador Cezinha Nascimento; Emendas n.ºs 124/2025 e 125/2025 de autoria do vereador Chico 2000, Emendas n.ºs 173/2025 e 174/2025 de autoria do vereador Daniel Monteiro; Emendas n.ºs 143/2025 e 144/2025 de autoria do vereador Demilson Nogueira; Emendas n.ºs 177/2025 e 178/2025 de autoria do vereador Dídimo Vovô; Emendas n.ºs 153/2025 e 154/2025 de autoria do vereador Dilemário Alencar; Emendas n.ºs 149/2025 e 150/2025 de autoria da vereadora Dra. Mara; Emendas n.ºs 137/2025 e 138/2025 de autoria do vereador Eduardo Magalhães; Emendas n.ºs 187/2025 e 188/2025 de autoria do vereador Jeferson Siqueira; Emendas n.ºs 122/2025 e 123/2025 de autoria do vereador Kássio Coelho; Emendas n.ºs 139/2025 e 140/2025 de autoria da vereadora Katiuscia Manteli; Emendas n.ºs 129/2025 e 130/2025 de autoria do vereador Prof. Mário Nadaf; Emendas n.ºs 117/2025 e 118/2025 de autoria Marcus Brito Jr.; Emendas n.ºs 119/2025 e 120/2025 de autoria da vereadora Maria Avalone; Emendas n.ºs 131/2025 e 132/2025 de autoria da vereadora Maysa Leão; Emendas n.ºs 135/2025 e 145/2025 de autoria do vereador Marcrean Santos; Emendas n.ºs 168/2025 e 170/2025 de autoria da vereadora Michelly Alencar; Emendas n.ºs 175/2025 e 176/2025 de autoria da vereadora Paula Calil; Emendas n.ºs 103/2025 e 104/2025 de autoria do vereador Ranalli; Emendas n.ºs 181/2025 e 182/2025 de autoria da vereadora Samantha Íris; Emendas n.ºs 151/2025 e 152/2025 de autoria do vereador Sargento Joelson; Emendas n.ºs 165/2025 e 166/2025 de autoria do vereador T. Coronel Dias; Emendas n.ºs 100/2025 e 101/2025 de autoria do vereador Alex Rodrigues; Emendas n.ºs 167/2025 e 169/2025 de autoria do vereador Ilde Taques; Emendas n.ºs 141/2025 e 142/2025 de autoria do vereador Wilson Kero Kero. Todos na fase de pareceres da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) e Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação. Em tempo, a presidente Paula Calil subscreveu as emendas dos vereadores Daniel Monteiro, Maria Avalone e Dra. Mara. Em tempo, o vereador Dídimo Vovô subscreveu as emendas do vereador Chico 2000. Pedido este deferido pela sobredita presidente. Ato contínuo, os



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

pareceres foram postos em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 23 (vinte e três) votos favoráveis (voto favorável da vereadora Paula Calil em separado), e 04 (quatro) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Maria Avalone, Daniel Monteiro, e Dra. Mara. Das emendas em si. Postas em discussão. Para discutir a vereadora Maysa Leão ratificou a importância das emendas impositivas, explicando que o nome se deve ao fato de serem valores reais e não fictícios dentro da LOA, representando um direito dos 27 vereadores de direcionar recursos para pautas que fiscalizam e consideram prioritárias; afirmou que os gabinetes se mobilizaram, fizeram reuniões e fiscalizações para escolher com critério essas emendas; denunciou que suas emendas da LOA passada, destinadas à gestão executar, não foram pagas, citando como exemplo o beco do artesanato ao lado da catedral que permanecia sem banheiro; revelou que o secretário Ananias a procurou prometendo um relatório e o pagamento no ano seguinte, mas que isso não ocorreu; expressou a esperança de que as emendas impositivas de todos os 27 vereadores aprovadas nessa sessão fossem realmente pagas, e que esse ato não se tornasse uma peça publicitária, fictícia, ou uma barganha para o ano seguinte, concluindo com um apelo para que o mandato legítimo de cada parlamentar fosse respeitado e seu trabalho executado. Para discutir o vereador Jeferson Siqueira lembrou que, no início do ano, o prefeito Abílio prometeu tratar todos os parlamentares de forma igualitária e pagar as emendas impositivas, direito constitucional dos vereadores; no entanto, criticou que o comportamento do prefeito mudou ao longo de 2025, acusando-o de condicionar o pagamento a "conversas paralelas" e "conveniências", e de fazer comentários nos corredores sobre não pagar emendas de determinados parlamentares; informou que, assim como o vereador Dídimo Vovô, já protocolou um mandado de segurança para cobrar o cumprimento da obrigação; classificou o prefeito como "caloteiro" e afirmou que a gestão respondia a qualquer cobrança rotulando o cobrador como "da esquerda"; relatou esperar que o Judiciário obrigasse o prefeito a cumprir a lei e a agir de forma coerente com seu discurso, criticando ainda o uso do espaço da imprensa e das redes sociais para fazer narrativas políticas em vez de cumprir suas obrigações; por fim, mencionou ter questionado a presidente da Casa, Paula Calil, para que tivesse uma postura semelhante à do deputado Max Russi (que suspendeu a votação do orçamento estadual), iniciativa que, segundo ele, não foi adotada. Para discutir o vereador Dídimo Vovô dirigiu-se aos nobres vereadores e à população para enfatizar que, em reuniões realizadas no ano anterior e em uma neste ano na presidência da Casa com a presença da vereadora Paula Calil, o prefeito Abílio Brunini foi enfático em prometer pagar na totalidade as emendas de todos os vereadores, independentemente de serem base ou oposição; afirmou que a promessa não foi cumprida, classificando o prefeito como "caloteiro"; citou como exemplo suas emendas impositivas não pagas, como R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o Abrigo Bom Jesus, sobre a qual a Secretaria de Governo respondeu não ter recursos em caixa; denunciou que o prefeito não pagou mais de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) em emendas impositivas, questionando para onde foram esses recursos; relatou que emendas suas para a policlínica do bairro Pedra 90, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em mobília e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em reforma, também não foram pagas; criticou a sugestão do prefeito de consultar o portal da transparência como uma brincadeira, pois a resposta oficial da secretaria era



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

a falta de recursos; alertou ainda que emendas de deputados e senadores, quando caem no caixa da prefeitura, também "some[m]"; por fim, defendeu que a Câmara adotasse a mesma metodologia da Assembleia Legislativa e suspendesse a votação da LOA até que as emendas já aprovadas fossem empenhadas e pagas, para o Executivo "criar vergonha na cara". Para discutir o vereador Ilde Taques reconheceu que a prática de não pagar as emendas impositivas já ocorria em gestões anteriores, esclarecendo que não estava defendendo o prefeito Abílio, mas que iria marcar uma reunião para orientá-lo a pagar as emendas de todos os vereadores, base e oposição, por considerar essa uma legitimidade do parlamentar; exemplificou a importância das emendas, como recursos para projetos esportivos, reforma de postos de saúde e construção de miniestádios que beneficiam diretamente as comunidades; admitiu não saber se o prefeito estava conseguindo pagar nem mesmo as emendas da base, contextualizando que o ano foi de calamidade financeira, com a gestão herdando mais de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) em dívidas, o que exigiria uma compreensão sobre os ajustes; no ensejo, concordou com os pares e citou como exemplo positivo a atitude do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi, e da Câmara de Rondonópolis, que travaram a pauta do orçamento para cobrar o pagamento das emendas inclusive da oposição; concluiu propondo que essa Casa sentasse com o líder do governo, o secretário Ananias e o prefeito Abílio para orientar o pagamento integral das emendas impositivas. Para discutir a vereador Samantha Íris lembrou que o ano foi marcado pelo pagamento de muitas dívidas não previstas, o que poderia ter impactado o orçamento disponível; observou que houve falta de entendimento por parte de alguns e criticou a contradição de quem exige respeito sem respeitar; reiterou que a dívida de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) equivalia à metade do orçamento anual da cidade, obrigando a prefeitura a quitar dívidas durante todo o ano e realocar recursos de várias secretarias; informou que destinou suas emendas para áreas como assistência social, Secretaria da Mulher, tecnologia, bem-estar animal e saúde da mulher, afirmando fazer seu trabalho confiando que o prefeito, escolhido pela maioria, faria o melhor possível com o que tem; defendeu a importância do debate, mas questionou as acusações feitas por alguns, sugerindo que poderiam estar motivadas por descontentamento com a não contemplação de institutos ou serviços de amigos; expressou confiança de que o próximo ano seria melhor, com menos dívidas a pagar, e criticou aqueles que, no passado, aplaudiam o marketing de uma gestão que fingia que tudo estava bem enquanto as dívidas eram contraídas. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 24 (vinte e quatro) votos favoráveis (voto favorável da vereadora Paula Calil em separado), e 03 (três) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Maria Avalone, Dra. Mara. Em tempo, no uso da palavra a presidente Paula Calil informou que, como haviam aberto a discussão durante os pareceres e da matéria, a justificativa do voto ficaria para o final, após a apreciação das emendas impositivas e modificativas. Foi apreciada a Emenda Modificativa n.º 126/2025 de autoria do Executivo Municipal que "suplementa o orçamento da Secretaria Municipal da Mulher no valor de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), retirando da Secretaria Municipal de Comunicação Social", na fase de pareceres da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) e Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação. Em discussão, sendo



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 22 (vinte e dois) votos favoráveis, e 04 (quatro) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Maria Avalone, Daniel Monteiro, e Dra. Mara. Da emenda em si. Em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 22 (vinte e dois) votos favoráveis, e 04 (quatro) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Maria Avalone, Daniel Monteiro, e Dra. Mara. Foi apreciada a Emenda Modificativa n.º 136/2025 de autoria do Executivo Municipal que “suplementa o duodécimo da Câmara Municipal de Cuiabá em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), retirando o valor da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento”, na fase de pareceres da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) e Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação. Em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 22 (vinte e dois) votos favoráveis, e 04 (quatro) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Maria Avalone, Daniel Monteiro, e Dra. Mara. Da emenda em si. Em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 21 (vinte e um) votos favoráveis, e 05 (cinco) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Maria Avalone, Ilde Taques, Daniel Monteiro, e Dra. Mara. Foi apreciada a Emenda Modificativa n.º 189/2025 de autoria do Executivo Municipal que “suplementa a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), retirando o valor da Secretaria Municipal de Comunicação Social”, na fase de pareceres da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) e Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela aprovação. Em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 21 (vinte e um) votos favoráveis (voto favorável do vereador Ilde Taques em separado), e 05 (cinco) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Maria Avalone, T. Coronel Dias, Daniel Monteiro, e Dra. Mara. Da emenda em si. Posta em discussão. Para discutir o vereador Dídimo Vovô criticou o corte orçamentário na Secretaria de Habitação, afirmando que o prefeito Abílio encaminhou uma LOA para 2026 com R\$ 18.326.000,00 (dezoito milhões, trezentos e vinte e seis mil reais), o que representava R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) a menos em relação aos R\$ 25.965.000,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e sessenta e cinco mil reais) aprovados para 2025; ressaltou que mesmo o valor atual era insuficiente para um plano de trabalho coeso, e que o necessário seria no mínimo R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); parabenizou a vereadora Maysa Leão por sua luta em alertar sobre a discrepância dos valores e elogiou os vereadores, como Baixinha Giraldeili, que articularam com o Executivo para aumentar os recursos da pasta; denunciou que o prefeito tirou R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) da Secretaria de Obras e R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) do Meio Ambiente, deixando apenas R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) para Habitação; questionou o compromisso do prefeito com a população, mas reconheceu a correção feita por meio de uma emenda que adicionou R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), elevando o total para R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), ainda assim quase 25% menor que a execução de 2025; concluiu afirmando que votaria a favor de novas emendas modificativas. Para discutir o vereador Ilde Taques retificou os números orçamentários da Secretaria de Habitação; informou que, em 2024, foram orçados R\$ 23.908.000,00 (vinte e três milhões, novecentos e oito mil reais), com uma liquidação (valor executado) de R\$ 15.724.000,00 (quinze milhões, setecentos e vinte



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

e quatro mil reais); para 2025, o orçamento foi de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), mas a execução líquida foi de apenas R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais); finalizou lembrando que, após muito debate, o prefeito Abílio enviou uma emenda modificativa retirando R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) da comunicação e destinando-o à Secretaria de Habitação para investimentos na regularização fundiária de Cuiabá. Para discutir o vereador Jeferson Siqueira complementou a fala do vereador Dídimo Vovô, afirmando que o problema não era a inexistência do recurso, mas a falta de liquidez devido a remanejamentos realizados pelo prefeito, que poderiam chegar a 25% ou 30% do valor; denunciou que até mesmo emendas de senadores, ao caírem no caixa da prefeitura, sumiam sem que o secretário de governo soubesse informar seu destino; parabenizou o vereador Ilde Taques por seu posicionamento, concordando com ele, e concluiu que, por causa desses remanejamentos, o orçamento acabava se tornando inviável. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 21 (vinte e um) votos favoráveis, e 05 (cinco) ausências dos edis, a saber: Adevaír Cabral, Chico 2000, Maria Avalone, Daniel Monteiro, e Dra. Mara. Foi apreciada a Emenda Modificativa n.º 171/2025 de autoria da vereadora Baixinha Girdelli que “suplementa em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão, retirando o valor da Secretaria Municipal de Comunicação Social”, na fase de pareceres da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) e Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela rejeição. Postos em discussão. Para discutir os pareceres o vereador Dídimo Vovô parabenizou a vereadora Baixinha Girdelli por suas emendas modificativas e contestou a narrativa de que tais emendas nunca teriam sido aprovadas nessa Casa, afirmando que emendas de vereadores de oposição já haviam sido aprovadas anteriormente; criticou a proposta de retirar recursos da assistência social e elogiou a ousadia da vereadora em propor uma emenda que retira R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) da Secretaria de Comunicação, cujo orçamento, mesmo após um corte anterior de mais de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ainda seria de R\$ 36.400.000,00 (trinta e seis milhões e quatrocentos mil reais), valor muito superior aos R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) que o prefeito declarou serem suficientes; criticou a contratação em massa de influenciadores digitais pela secretaria em toda a região metropolitana, enquanto serviços essenciais como obras sofriam cortes; concluiu incentivando a articulação para derrubar o parecer contrário à emenda, o que deixaria a comunicação com R\$ 35.400.000,00 (trinta e cinco milhões e quatrocentos mil reais), e afirmou que votaria pela derrubada do parecer. Para discutir os pareceres o vereador Ilde Taques parabenizou a vereadora Baixinha Girdelli por sua sensibilidade e defesa dos mais humildes; informou que acompanharia o parecer da CCJ e buscou tranquilizá-la, explicando que, enquanto em 2025 o orçamento estimado para a assistência social foi de R\$ 134.000.000,00 (cento e trinta e quatro milhões de reais) com uma liquidação de R\$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais), para 2026 o Executivo propôs R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) no orçamento; concluiu que, mesmo com a emenda, ainda haveria uma sobra de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) para investimentos dentro da pasta do social. Para discutir os pareceres a vereadora Baixinha Girdelli manifestou seu descontentamento com a rejeição de suas emendas para habitação e assistência



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

social, rejeitando a ideia de que seria "bobinha do parlamento" por ter vindo da feira; afirmou ter aprendido muito nesse ano e que estava na Casa para fiscalizar pelo povo; declarou que, se tivesse o poder de decisão ("a caneta na mão"), destinaria R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a habitação, mas que aceitava os R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) enviados pelo prefeito, assim como R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para assistência social; relatou uma experiência negativa da noite anterior, quando um projeto de sua autoria que beneficiaria a população com multas de trânsito foi derrubado por um voto, após vereadores saírem da sessão para não votar; concluiu dirigindo-se à população, prometendo que no ano seguinte fiscalizaria rigorosamente. No uso da palavra a presidente Paula Calil explicou que o voto sim era para aprovar os pareceres e o voto não era para rejeitá-los. Pela liderança do governo municipal Dilemário Alencar discorreu que a orientação do Executivo era para acompanhar o parecer da CCJ. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 18 (dezoito) "votos sim", 05 (cinco) "votos não", e 03 (três) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Maria Avalone, e Dra. Mara. No uso da palavra a presidente Paula Calil declarou mantido os sobreditos pareceres, e informou que a emenda iria ao arquivo. Foi apreciada a Emenda Modificativa n.º 172/2025 de autoria da vereadora Baixinha Girdelli que "suplementa a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), retirando o valor da Secretaria Municipal de Comunicação Social", na fase de pareceres da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) e Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela rejeição. Postos em discussão. Para discutir os pareceres o vereador Dídimo Vovô parabenizou novamente a vereadora Baixinha Girdelli, enfatizando seu compromisso com a população e ressaltando que, como parlamentar da base, ela votou consistentemente com o Executivo desde janeiro; criticou a falta de reciprocidade do líder do governo ao votar contra a emenda modificativa da vereadora, que propunha destinar R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) adicionais para a Secretaria de Habitação, retirando-os da Secretaria de Comunicação; defendeu que a proposta era justa e íntegra, beneficiando a regularização fundiária de mais de 90 bairros não regularizados em Cuiabá, cuja secretaria alegava falta de recursos; questionou a coerência do prefeito, que pregava não precisar de tantos recursos para comunicação, mas cortava verbas da habitação; conclamou o líder do governo a ter sensatez e liberar os vereadores da base para acompanharem o voto da vereadora Baixinha Girdelli e derrubarem o parecer contrário; afirmou que a vereadora se preocupava com toda a cidade, não apenas com seu bairro (Pedra 90), e que sua emenda visava o benefício coletivo; concluiu dizendo que votaria "não" ao parecer. No uso da palavra a presidente Paula Calil exortou os vereadores a respeitarem os posicionamentos para dar andamento à sessão, pedindo postura e seriedade no plenário; firmou que o local era sério e de respeito, e que seu dever como presidente era manter a ordem; alertou que os parlamentares estavam passando dos limites e que seus apelos educados não estavam sendo correspondidos com respeito à sua pessoa; reiterou sua responsabilidade de presidir com ordem e respeito, e solicitou que todos respeitassem o momento de fala e manifestação dos colegas, lembrando que eram todos adultos e parlamentares. Para discutir os pareceres o vereador Ilde Taques parabenizou a presidente pelo posicionamento de garantir o direito de fala dos



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

vereadores; criticou a oposição, afirmando que, embora fossem poucos vereadores, não respeitavam o tempo de fala (de 3 minutos) dos parlamentares da base durante as discussões; pediu respeito, especialmente com a presidente, e destacou a importância da participação nas audiências públicas, onde, segundo ela, o Executivo garantiu os investimentos para 2026 e mencionou uma sobra de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) para eventuais investimentos na pasta social; dirigiu-se à vereadora Baixinha Girdelli, aconselhando-a a não se deixar influenciar por outros vereadores e lembrando que o primeiro campo de futebol criado na gestão do prefeito Abílio foi em seu bairro, Pedra 90; concluiu pedindo que o debate retornasse ao aspecto técnico das emendas modificativas, sem demagogia. Para discutir os pareceres o vereador Jeferson Siqueira parabenizou a vereadora Baixinha Girdelli pela propositura e mencionou que o campo esportivo citado no bairro Pedra 90 fora viabilizado por meio de emenda, e não com recursos diretos da prefeitura; defendeu que os vereadores deveriam se posicionar conforme suas convicções; criticou o orçamento destinado à Secretaria de Comunicação, afirmando que o prefeito não necessitava de elevados recursos nessa área, diante de sua forte presença digital; declarou que não concordava com a retirada de recursos da habitação e destacou a situação de pessoas sem título definitivo de suas casas; relatou que votaria contra o parecer, defendendo que os recursos fossem direcionados à habitação e à garantia de dignidade à população. Para discutir os pareceres o vereador Dilemário Alencar contestou as críticas, afirmando que o orçamento da Secretaria de Habitação na gestão atual era superior ao da gestão anterior e que o prefeito Abílio atendeu à vereadora Baixinha Girdelli, negociando e incrementando o valor solicitado; citou o recente sorteio de mais de 700 casas populares como exemplo de ação concreta e disse que a gestão faria mais regularizações fundiárias em quatro anos do que a gestão anterior fez em oito; atribuiu dificuldades financeiras à obrigação de pagar dívidas de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) herdadas, que impediriam uma performance ainda melhor; apresentou como marcos positivos a entrega do primeiro hospital infantil da região e diversas outras obras no final do ano, incluindo uma praça em um bairro que, segundo ele, havia sido negligenciada por oito anos; concluiu que era fácil defender o governo porque a verdade dos fatos e das entregas se contrapõe diretamente ao discurso da oposição. Para discutir os pareceres a vereadora Samantha Íris dirigiu-se à vereadora Baixinha Girdelli, reconhecendo seu conhecimento sobre as áreas mais vulneráveis de Cuiabá; alertou-a para não se deixar influenciar por discursos enganosos de quem afirma defender o povo, citando como exemplo casos da gestão anterior em que títulos de propriedade foram distribuídos em eventos, mas eram considerados inválidos pelos cartórios, gerando frustração e perda de tempo para a população; afirmou que a atual gestão preocupava-se com o tema, retomando após oito anos a oferta de casas populares e estabelecendo parcerias com o governo do estado; defendeu que a análise da CCJ era técnica e constitucional e que seguiria o parecer com tranquilidade; reafirmou seu compromisso pessoal em ajudar as pessoas necessitadas e sua disponibilidade para trabalhar em conjunto, assegurando à vereadora Baixinha Girdelli que podia contar com seu apoio. Em questão de esclarecimento o vereador Dídimo Vovô questionou a mesa diretora sobre a dinâmica da justificativa de voto para as emendas impositivas, que seriam mais de 20; lembrou que, em tempos anteriores, cada emenda tinha sua



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

justificativa de voto apresentada posteriormente; indagou se, diante da grande quantidade de matérias, os vereadores teriam apenas os 3 minutos de explicação da emenda para justificar também o voto, ou se haveria um momento específico para as justificativas no final da sessão. No uso da palavra a presidente Paula Calil esclareceu que, como todas as emendas faziam parte do projeto único da LOA que estava sendo votado, a justificativa formal dos votos ocorreria apenas ao término de todo o processo; explicou que, em um momento anterior, abriu uma exceção não regimental para permitir a fala dos vereadores, mas que a partir dali todos os vereadores teriam direito à justificativa de voto que pedissem na última votação da matéria. Em questão de esclarecimento o vereador Jeferson Siqueira afirmou ter ouvido, que na gestão passada o secretário de Habitação era o vereador Marcrean Santos e questionou a informação mencionada pela vereadora Samantha Íris sobre a suposta entrega de títulos falsos. No uso da palavra a presidente Paula Calil informou que esse tipo de discussão não cabia neste momento; em seguida, pediu que os parlamentares retornassem aos seus lugares. Às 11h52, a presidente Paula Calil suspendeu a sessão para o restabelecimento da ordem. Às 12h06, a sessão foi reaberta pela sobredita presidente. Ato contínuo, foi dada continuidade na discussão dos pareceres da emenda em questão. Para discutir os pareceres a vereadora Baixinha Girdelli esclareceu que, no sábado, havia conversado com o prefeito solicitando o remanejamento de "dois milhões" para a habitação e "um milhão" para a área social; relatou que, na segunda-feira, o pedido foi protocolado por sua assessoria e encaminhado ao prefeito; informou que, na quarta-feira, ocorreu uma reunião com o prefeito e alguns vereadores, na qual foi decidido que não seriam enviados encaminhados de "ninguém"; relatou que questionou o prefeito por já ter protocolado o pedido e que ele respondeu que enviaria apenas um milhão para a habitação, proposta com a qual concordou; explicou que não sabia que o projeto teria de ser retirado da pauta e afirmou estar em processo de aprendizado na Casa; declarou que aceitou o envio de um milhão para a habitação; após, proferiu que: "mas não vou aceitar passar de mais ninguém do que foi rejeitado. Todos terão de ser rejeitado, que inclusive Dilemário tava nessa reunião e ficou bem claro, não vai passar de ninguém, nem análise de ninguém, tá? [sic]"; por fim, manifestou expectativa de que a palavra do prefeito fosse cumprida. Para discutir os pareceres a vereadora Maysa Leão fez um esclarecimento em resposta à vereadora Baixinha Girdelli, enfatizando que o parlamento era um local de debate e negociação; explicou que reuniões como o prefeito serviam para alinhamento, mas não poderiam anular a autonomia legislativa; argumentou que o fato de um projeto próprio ser prejudicado não deveria impedir a discussão e votação dos projetos dos colegas, defendendo que os vereadores precisavam ter maturidade para votar a favor de propostas alheias, mesmo quando as suas eram rejeitadas; concluiu afirmando que a Casa era independente e que os vereadores deveriam debater e votar com autonomia, sem que acordos externos se sobreponham ao processo legislativo. Pela liderança do governo municipal Dilemário Alencar mediu o entendimento, explicando que a vereadora Baixinha Girdelli quis relatar que, em uma reunião de esclarecimentos sobre projetos do Executivo, o prefeito havia informado que enviaria uma emenda impositiva de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) à Secretaria de Habitação, em vez dos R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) solicitados inicialmente; parabenizou a vereadora Maysa Leão pela



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

colocação anterior e reafirmou que o parlamento era um local para debate e que cada vereador votava de acordo com sua convicção, sempre com respeito. Para discutir os pareceres o vereador Daniel Monteiro questionou a independência do parlamento após a fala da vereadora Baixinha Giraldele; relatou que ouviu dela que "o prefeito determinou que nenhuma das emendas modificativas vai passar", o que ele interpretou como um possível ato falho que revelaria uma intenção de controle sobre a Casa; afirmou que, se nenhuma das 17 emendas em questão for aprovada, isso confirmaria que o prefeito de fato proibiu a votação; defendeu que o parlamento tinha a missão histórica de mostrar sua independência e altivez, e que a Câmara não poderia ser um "puxadinho" ou "puxadão" da prefeitura; concluiu exortando os colegas a imporem suas vontades e a demonstrarem que a autorização para legislar vem apenas do eleitor, e não do Executivo. Para discutir os pareceres o vereador Kássio Coelho afirmou que estava na reunião citada e que, até onde participou, não houve nenhum direcionamento de voto; declarou sua independência como parlamentar, explicando que adotava a prática de votar contra todos os projetos de rejeição (que receberam parecer contrário da CCJ) por entender que os autores deveriam corrigi-los para obter um parecer favorável; citou que já votou contra vários projetos na legislatura passada conforme sua convicção; pediu celeridade nos trabalhos para que a sessão não se estendesse até muito tarde, reafirmando que cada vereador votava como quer e que seu voto seria sempre pelo acompanhamento do parecer da CCJ nos projetos de rejeição; justificou sua posição de não propor novos projetos de lei por considerar que muitas leis já existentes estavam "engavetadas"; concluiu solicitando sequência na votação das emendas para finalizar os trabalhos. Para discutir os pareceres o vereador T. Coronel Dias dirigiu-se especialmente ao vereador Daniel Monteiro, reconhecendo a possibilidade de um "ato falho" ter revelado uma intenção, mas pediu moderação nessa interpretação; afirmou sua autonomia como parlamentar eleito pelo partido Cidadania, sem vínculo eleitoral com o prefeito; explicou que, por sua formação em uma instituição que valorizava o planejamento, avaliou que alterações ao orçamento do Executivo deveriam ser muito bem justificadas e graves para serem aprovadas, pois cabia ao ordenador de despesa (o prefeito) gerir o macro orçamento, enquanto o papel do Legislativo era apresentar emendas e fiscalizar; parabenizou o vereador Daniel Monteiro pela colocação, mas reafirmou seu direito de, com base nesses princípios, reprovando todas as emendas modificativas, comprometendo-se a fiscalizar intensamente a execução orçamentária posteriormente. Em questão de esclarecimento o vereador Ilde Taques esclareceu na condição de presidente da Comissão de Fiscalização Orçamentária, que o parecer técnico da equipe da comissão era o que determinava a aprovação ou rejeição das matérias, e afirmou que um parecer rejeitado não significava que houve qualquer conluio ou acordo indevido por trás da decisão. Para discutir os pareceres o vereador Wilson Kero Kero afirmou com base em sua experiência de quatro mandatos, que sempre foi responsável por seus votos e defendeu a independência do parlamento; proferiu não ter participado da reunião mencionada e não concordar com a ideia de subordinação; parabenizou a vereadora Maysa Leão e destacou que a aprovação ou rejeição de projetos faz parte do processo legislativo; reafirmou que votará sempre com sua consciência e foco no povo, sem aceitar o rótulo de que a Câmara é um "puxadinho" do Executivo; concordou com o vereador T. Coronel Dias sobre a



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

liberdade de cada vereador aprovar ou rejeitar emendas conforme seu entendimento; reconheceu a autoridade da presidente, mas pediu reciprocidade e que o debate fosse conduzido com grandeza e altivez, sem "puxão de orelha"; finalizou dirigindo-se à vereadora Baixinha Girdelli para afirmar que, se houve tal reunião, que não participou e não aceitava a pecha de que seu voto era determinado pelo prefeito, pois ninguém mandava em seu voto. Para discutir os pareceres o vereador Eduardo Magalhães dirigindo-se especialmente aos vereadores de primeiro mandato, compartilhou uma experiência da legislatura passada para ilustrar a dinâmica entre o Legislativo e o Executivo; lembrou que, quando estava na oposição, aprovaram e derrubaram o veto a uma emenda da vereadora Michelly Alencar sobre passe livre para atletas, em um momento de grande comoção; no entanto, o Executivo posteriormente não executou a medida, judicializou a questão e a derrubou; argumentou que a partir dessa experiência, independentemente de ser oposição ou base, era muito difícil emplacar uma emenda se não houver articulação prévia com o Executivo, que detém a chave do cofre e a função de executar os pagamentos; concluiu que a questão não era pessoal contra determinado vereador, mas uma função inerente ao Executivo, cabendo ao Legislativo a fiscalização, e que seu relato servia para esclarecer tanto os novos quanto os antigos parlamentares sobre como esse processo funcionava na prática. No uso da palavra a presidente Paula Calil explicou que o "voto sim" era para aprovar os pareceres e o "voto não" era para rejeitá-los. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 16 (dezesesseis) "votos sim" (voto sim da vereadora Samantha Íris em separado), 03 (três) "votos não", 02 abstenções, e 05 (cinco) ausências dos edis, a saber: Adevaír Cabral, Marcus Brito Jr., Sargento Joelson, Maria Avalone, e Dra. Mara. No uso da palavra a presidente Paula Calil declarou mantidos os sobreditos pareceres. Em tempo, o vereador Daniel Monteiro fez um requerimento para que, diante do volume de emendas e do horário avançado, a discussão fosse limitada a apenas três expositores contra e três a favor da matéria, argumentando que muitos dos argumentos estavam se repetindo. No uso da palavra a presidente Paula Calil, em conformidade com o artigo 203 do Regimento Interno, submeteu ao soberano plenário, para que as próximas matérias fossem discutidas por apenas três vereadores a favor e três vereadores contra. Em discussão, em votação, resultou na aprovação. Foi apreciada a Emenda Modificativa n.º 179/2025 de autoria do vereador Dídimio Vovô que "visa promover a alteração do caput do Art. 6º do Projeto de Lei Substitutivo (PLS) nº 21/2025 (LOA 2026), reduzindo de 20% (vinte por cento) para 5% (cinco por cento) o limite de autorização para o Poder Executivo abrir créditos suplementares durante o exercício financeiro de 2026, na fase de pareceres da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) e Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela rejeição. Postos em discussão. Para discutir os pareceres o vereador Dídimio Vovô defendeu a aprovação de uma emenda que reduz o limite de remanejamento orçamentário pelo Executivo de 20% para 5%, argumentando que tal prática já era adotada em outros municípios e estava em tramitação na Assembleia Legislativa; salientou que, com um orçamento superior a R\$ 5.466.000.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões de reais), o prefeito poderia remanejar mais de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) sem a aprovação da Câmara, o que dificultava a fiscalização; exemplificou com o caso da



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

Secretaria de Comunicação, que tem orçamento previsto de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) mas gastará mais de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), questionando a origem dos mais de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) remanejados; afirmou que a proposta, já debatida com o vereador Wilson Kero Kero, traria transparência, pois todo remanejamento precisaria ser encaminhado ao Legislativo para aprovação, permitindo que vereadores e população soubessem para onde os recursos são direcionados; concluiu pedindo o voto dos pares para derrubar o parecer contrário e assim fortalecer a fiscalização e a responsabilidade sobre o orçamento municipal. Para discutir os pareceres o vereador Jeferson Siqueira apoiou a emenda que restringe o remanejamento orçamentário, argumentando que ela impediria o Executivo de priorizar gastos considerados desnecessários, como o da comunicação, que saltou de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) para mais de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); afirmou que o elevado investimento em comunicação servia para financiar uma "milícia digital" de influenciadores e sites que promovem a imagem pessoal do prefeito Abílio, o que caracterizou como um crime; denunciou que essa estrutura tentava descredibilizar vereadores de oposição, sendo que ações judiciais sobre o assunto ainda não foram resolvidas; questionou por que os recursos da comunicação não eram destinados às emendas dos vereadores e citou a fala da vereadora Baixinha Girdelli para corroborar a existência de um "acordão" que, segundo ele, faz tudo "virar pizza". Pela liderança do governo municipal Dilemário Alencar defendeu a manutenção do limite de remanejamento orçamentário do Executivo em 20%, argumentando que a Secretaria de Comunicação, assim como as demais, era estratégica e atendia ao princípio constitucional da transparência ao informar a população sobre os atos do governo; afirmou que esse percentual foi mantido nos últimos oito anos e questionou a motivação para mudá-lo agora, insinuando que se trataria de uma medida específica contra o prefeito Abílio; concluiu orientando a base governista a votar a favor da manutenção dos 20%. Para discutir a vereadora Baixinha Girdelli afirmou que cada vereador poderia votar como quisesse, ressaltando que todos tinham suas próprias opiniões e sabiam o que desejavam; enfatizou que não houve orientação para votar de determinada forma e concluiu declarando que sua posição era pelo voto favorável. No uso da palavra a presidente Paula Calil explicou que o "voto sim" era para manter os pareceres e o "voto não" era para rejeitá-los. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 17 (dezessete) "votos sim", 04 (quatro) "votos não", e 05 (cinco) ausências dos edis, a saber: Adevaír Cabral, Marcus Brito Jr., Sargento Joelson, Maria Avalone, e Dra. Mara. No uso da palavra a presidente Paula Calil declarou mantidos os sobreditos pareceres, e informou que a emenda iria ao arquivo. Em questão de esclarecimento o vereador Chico 2000 questionou as razões da rejeição da CCJ à emenda, argumentando que o papel da CCJ era analisar a legalidade, constitucionalidade e adequação regimental da proposta; afirmou que, se a emenda era legal, constitucional e regimental, o parecer não deveria ser contrário; explicou que a análise de mérito sobre oportunidade, viabilidade e conveniência cabia a outra comissão, a de fiscalização orçamentária, e não à CCJ; por fim, expressou sua incompreensão sobre os motivos do parecer contrário emitido pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em questão de esclarecimento a vereadora Samantha Íris explicou que o parecer contrário foi emitido em conjunto pelas Comissões de Finanças e CCJ;



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

esclareceu que a emenda em questão (179/2025), que propunha reduzir de 20% para 5% o limite de abertura de créditos suplementares, foi considerada incompatível com o PPA e a LDO, afrontando dispositivos da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal; relatou que, segundo o parecer, a LDO 2026 atribui à própria LOA a definição desse percentual, e sua alteração por emenda parlamentar comprometeria o planejamento orçamentário e a governança fiscal; ressaltou que as comissões argumentaram que a redução limitaria demasiadamente a execução orçamentária, contrariaria o princípio da eficiência e que o argumento de transparência já estaria garantido pela Lei 4.320/64; discorreu que a CCJ acrescentou que a proposta violava a iniciativa do Executivo e a separação dos poderes, com base em entendimento do STF (ADI 7643); concluiu informando que todas as comissões, com todos os membros, votaram unanimemente pela rejeição da emenda por ser tecnicamente inviável e inconstitucional. Em tempo, o vereador Chico 2000 agradeceu o esclarecimento da vereadora Samantha Íris, mas manteve seu posicionamento; questionou o fato de todas as emendas terem recebido parecer conjunto pela rejeição, considerando improvável que todas fossem inconstitucionais ou ilegais; reafirmou que a CCJ deve analisar apenas a legalidade e que, se uma emenda tiver vício, o parecer pela rejeição é correto; no entanto, argumentou que a análise do mérito, sobre viabilidade e oportunidade, cabe à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária; concluiu que, se o entendimento dessa comissão fosse pela rejeição, estaria tudo bem, mas manteve sua dúvida sobre o papel da CCJ nesses pareceres conjuntos. No uso da palavra a presidente Paula Cali consultou o soberano plenário, com base no artigo 203 do Regimento Interno da Casa, sobre a proposta de suspender a sessão e retornar às 18 horas; solicitou que os vereadores que concordassem com a suspensão permanecessem como estavam. Em tempo, o vereador Chico 2000 sugeriu que, se as emendas fossem votadas de forma coletiva (em bloco), o processo seria mais ágil e não atrasaria as demais votações, evitando uma discussão repetitiva que, em suas palavras, seria como "um prego que tá batendo no mesmo lugar o tempo inteiro". No uso da palavra a presidente Paula Calil informou que já havia sugerido ao vereador Dídimo Vovô a votação em bloco de suas emendas, mas ele não aceitou devido às propostas serem diferentes; esclareceu que uma emenda da vereadora Maysa Leão também seria discutida separadamente; no entanto, relatou que o vereador Ranalli havia concordado com a votação em bloco de suas emendas, e que essa votação conjunta seria realizada. Em tempo, o vereador Dídimo Vovô proferiu que as suas emendas poderiam ser votadas em bloco. Desta forma, foram apreciadas em bloco as emendas modificativas, a saber: Emenda Modificativa n.º 183/2025 de autoria do vereador Dídimo Vovô que "está cancelando o orçamento da Secretaria Municipal de Governo no valor total de R\$ 3.339.741,00 (três milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e quarenta e um reais) e suplementando este valor integralmente no Gabinete da Vice Prefeitura", na fase de pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) pela rejeição; Emenda Modificativa n.º 184/2025 de autoria do vereador Dídimo Vovô que "está cancelando o valor total orçamentário de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na Secretaria Municipal de Comunicação e suplementando esse valor distribuídos na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Secretaria



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

Municipal da Mulher e Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão, na fase de pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) pela rejeição; Emenda Modificativa n.º 186/2025 de autoria do vereador Dídimo Vovô que “está cancelando valor total de R\$ 124.000.000,00 (cento e vinte e quatro milhões de reais) nas seguintes Unidades Orçamentárias: Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Economia, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública, e suplementando esse valor total de R\$ 124.000.000,00 (cento e vinte e quatro milhões de reais na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras”, na fase de pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) pela rejeição. Na sequência, os pareceres foram postos em discussão. Para discutir os pareceres o vereador Dídimo Vovô esclareceu que sua emenda visava restituir recursos à vice prefeitura e à Secretaria de Obras, que haviam sofrido cortes pelo Executivo; explicou que, em 29 de setembro de 2025, o prefeito enviou a LOA com R\$ 3.339.740,00 (três milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e quarenta reais) para o gabinete da vice-prefeita, mas em 8 de dezembro enviou um substitutivo retirando integralmente esse valor; relatou que a sua proposta era retornar esses recursos; denunciou também o corte de mais de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) no orçamento da Secretaria de Obras (originalmente de R\$ 723.000.000,00 - setecentos e vinte e três milhões de reais) e da LIMPURB, valor que o secretário e outros parlamentares consideravam insuficiente; discorreu que a emenda buscava devolver parte desse corte, totalizando pouco mais de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais) para a área, o que ele ainda via como insuficiente; por fim, pediu o voto dos nobres pares pela rejeição do parecer contrário, para garantir mais recursos para a secretaria de obras e para a assistência social para poder atender às pessoas em vulnerabilidade. Pela liderança do governo municipal Dilemário Alencar orientou a base governista e solicitou apoio de todos os vereadores, tanto da oposição quanto da situação e independentes, para votarem acompanhando o parecer da CCJ, que era pela rejeição da emenda, e proferiu a sua orientação pelo voto “sim” ao parecer. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 16 (dezesesseis) “votos sim”, 05 (cinco) “votos não” (voto não do vereador Chico 2000 em separado), e 05 (cinco) ausências dos edis, a saber: Marcus Brito Jr., Sargento Joelson, Maria Avalone, Baixinha Giraldelelli, e Dra. Mara. No uso da palavra a presidente Paula Calil declarou mantidos os sobreditos pareceres, e informou que as emendas iriam ao arquivo. Foi apreciada a Emenda Modificativa n.º 133/2025 de autoria da vereadora Maysa Leão que “está anulando as dotações orçamentárias no valor de R\$ 5.893.991,00 (cinco milhões, oitocentos e noventa e três mil, novecentos e noventa e um reais) da Secretaria Municipal de Economia e suplementando o valor integral na Secretaria Municipal da Mulher”, na fase de pareceres da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) e Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela rejeição. Na sequência, os pareceres foram postos em discussão. Para discutir os pareceres a vereadora Maysa Leão apoiou a sugestão do vereador Chico 2000 para que no futuro não houvesse mais pareceres conjuntos de comissões com trabalhos distintos; defendeu que sua emenda era legal e constitucional, merecendo parecer



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

favorável da CCJ, ainda que a Comissão de Fiscalização Orçamentária pudesse ser contrária por outros motivos; fez uma defesa veemente da necessidade de um orçamento robusto para a Secretaria da Mulher, contextualizando que Mato Grosso era o estado mais violento contra mulheres e crianças do Brasil, com índices alarmantes de feminicídio e estupro de vulneráveis; criticou o orçamento atual da pasta como "pífio" e "ínfimo", apesar de as mulheres representarem 52% da população; reconheceu que houve sobra de verba no ano, mas argumentou que isso demonstrava a falta de projetos e execução, citando reuniões em que a secretária afirmou não ter recursos para implementar ações; concluiu afirmando que sem orçamento não havia política pública e que, mesmo com chances mínimas, continuaria lutando por recursos adequados para enfrentar um problema real. Pela liderança do governo municipal Dilemário Alencar afirmou que a gestão estava investindo mais na Secretaria da Mulher em comparação a 2025 e que faria políticas públicas cada vez mais em defesa das mulheres, inclusive com emendas impositivas destinadas à pasta; reiterou a orientação de voto para os vereadores da base e demais colegas: voto "sim" ao parecer. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 15 (quinze) "votos sim", 05 (cinco) "votos não" (voto não do vereador Chico 2000 em separado), e 06 (seis) ausências dos edis, a saber: Marcus Brito Jr., Sargento Joelson, Maria Avalone, Baixinha Giraldeili, Ilde Taques, e Dra. Mara. No uso da palavra a presidente Paula Calil declarou mantidos os sobreditos pareceres, e informou que a emenda iria ao arquivo. Na sequência, foram apreciadas em blocos as emendas modificativas, a saber: Emenda Modificativa n.º 155/2025 de autoria do vereador Ranalli que "anula a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública no valor de R\$ 251.505,99 (duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e cinco reais e noventa e nove centavos) e destinando para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Agricultura"; Emenda Modificativa n.º 156/2025 de autoria do vereador Ranalli que está "anulando a dotação orçamentária de R\$ 439.674,26 (quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos) da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública e suplementando na Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão"; Emenda Modificativa n.º 157/2025 de autoria do vereador Ranalli que está "anulando a dotação orçamentária no valor de R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais) da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública e suplementando esse valor na Secretaria Municipal de Saúde"; Emenda Modificativa n.º 158/2025 de autoria do vereador Ranalli que está "anulando a dotação orçamentária no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública e suplementando o orçamento da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária"; Emenda Modificativa n.º 159/2025 de autoria do vereador Ranalli que está "anulando a dotação orçamentária no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública e suplementando esse valor na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento Urbano"; Emenda Modificativa n.º 160/2025 de autoria do vereador Ranalli que está "anulando a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública no valor de R\$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais) e suplementando esse valor na



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas”; Emenda Modificativa n.º 161/2025 de autoria do vereador Ranalli que está “anulando a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública no valor de R\$ 199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais) e suplementando esse valor na Secretaria Municipal de Ordem Pública”; Emenda Modificativa n.º 162/2025 de autoria do vereador Ranalli que está “anulando a dotação orçamentária no valor de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública e suplementando esse valor na Secretaria Municipal de Governo”; Emenda Modificativa n.º 163/2025 de autoria do vereador Ranalli que “anula a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública no valor de R\$ 6.746.227,77 (seis milhões, setecentos e quarenta e seis mil, duzentos e vinte e sete reais e setenta e sete centavos) e suplementando esse valor na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer”; Emenda Modificativa n.º 164/2025 de autoria do vereador Ranalli que está “anulando a dotação orçamentária no valor de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública e suplementando esse valor na Secretaria Municipal de Economia”. Todos na fase de pareceres da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) e Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) pela rejeição. Na sequência, os pareceres foram postos em discussão. Para discutir os pareceres o vereador Daniel Monteiro iniciou salientando que a discussão levantada pelas emendas do vereador Ranalli foi essencial para que o prefeito concordasse em conversar com a categoria dos vigilantes; após, fez um cálculo demonstrando que o valor total das emendas (cerca de R\$ 6.000.000,00 - seis milhões de reais) era ínfimo perante o orçamento de R\$ 5.400.000.000,00 (cinco bilhões e quatrocentos milhões de reais) aprovado; afirmou que o direito deve ser dialético e acompanhar o contexto social, não podendo ser míope a um entendimento judicial já consolidado; explicou que cerca de 20% dos vigilantes já recebem o adicional de periculosidade por decisão judicial, mas que era injusto obrigar os 80% restantes a buscarem individualmente esse direito na justiça; argumentou que as emendas do vereador Ranalli, ao retirarem recursos da SEMOB (secretaria à qual os vigilantes deveriam estar vinculados), buscam resolver o problema na esfera administrativa, com transparência, antecipando-se a uma futura e inevitável determinação judicial; concluiu declarando que seu voto seria a favor das emendas e contra o parecer de rejeição. Para discutir os pareceres o vereador Ranalli enfatizou que era a “hora da verdade” e lembrou que a luta pelo adicional de periculosidade dos vigilantes era uma antiga bandeira do vereador Dilemário Alencar e do próprio prefeito Abílio quando era parlamentar; contou que, há cerca de dois meses, teve uma reunião com o prefeito e representantes da categoria, na qual foi acordada a apresentação de uma emenda para esse fim, mas que depois não houve mais avanços; afirmou que cumpriu sua parte ao destinar cerca de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para atender aproximadamente 500 vigilantes, distribuindo o valor em várias emendas (10 ou 11) para diferentes pastas às quais estavam vinculados; ressaltou que apenas 150 vigilantes recebiam o benefício via ação judicial e defendeu a importância da categoria, que protege escolas e postos de saúde, recebendo cerca de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por mês, com um adicional de periculosidade de R\$ 800,00 (oitocentos reais); comparou a causa à recente



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

valorização dos professores e pediu que a verba fosse reservada dentro do orçamento de R\$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais) da SEMOB; concluiu convocando o voto tanto da oposição quanto da base para rejeitar o parecer e garantir mais dignidade aos vigilantes. Para discutir os pareceres a vereadora Maysa Leão endossou o cálculo do vereador Daniel Monteiro, considerando-o brilhante ao demonstrar que R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) era ínfimo perante o orçamento municipal; elogiou o trabalho técnico do vereador Ranalli, que estudou e distribuiu adequadamente o valor necessário para contemplar todos os vigilantes em suas respectivas secretarias; defendeu que era função do vereador olhar a realidade, apontar distorções e apresentar correções; afirmou que essa Casa tinha a oportunidade de garantir um mínimo de dignidade aos vigilantes, que recebem cerca de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para se arriscar pela segurança da população, e que o adicional de periculosidade era um direito já existente, não sendo uma criação; lembrou ter se comprometido pessoalmente com a categoria, olhando em seus olhos, e convocou os colegas a votarem pela rejeição do parecer para fazer justiça social e profissional de imediato, cumprindo com o papel para o qual foram eleitos. Para discutir os pareceres o vereador Eduardo Magalhães argumentou que a solução para a demanda dos vigilantes deveria seguir o exemplo de outras categorias recentes, como as CADs, TDIs e profissionais de enfermagem, cujas questões foram resolvidas após articulação do vereador Sargento Joelson com o Executivo e os sindicatos; reiterou que era necessária uma reunião entre o prefeito e o vereador Ranalli, representante da causa, com a categoria; alertou, com base em sua experiência na oposição, que a aprovação de um projeto no Legislativo poderia ser posteriormente derrubada pelo Executivo, como ocorreu com um projeto da vereadora Michelly Alencar, caso não houvesse alinhamento prévio; observou que os representantes dos vigilantes já estavam conversando com o prefeito Abílio naquele momento e pediu que o vereador Ranalli também fosse incluído nessas negociações; concluiu defendendo que o Legislativo e o Executivo trabalhem juntos para chegar a um consenso, solução na qual todos saíam ganhando. Para discutir os pareceres a vereadora Michelly Alencar iniciou parabenizando o vereador Ranalli pela defesa da categoria, mas declarou seu posicionamento contrário à emenda com base em sua experiência pessoal; lembrou das conversas que teve com o vereador Chico 2000 a respeito de sua emenda modificativa em relação ao passe dos atletas, onde buscou orientação jurídica e realizou um trabalho de convencimento com o vereador; relatou que, na gestão anterior, mobilizou atletas, fez tribuna livre, audiência pública e convencimento de pares para aprovar o passe livre dos atletas, trabalho que foi posteriormente anulado pelo Executivo; argumentou que, na atual gestão do prefeito Abílio, as promessas estavam sendo cumpridas, citando os casos das CADs, TDIs e da enfermagem, e expressou confiança de que o prefeito ajudaria o vereador Ranalli a viabilizar um projeto formal; afirmou que seu voto não era contra os vigilantes, mas a favor de uma construção conjunta com o Executivo, evitando uma votação contra um parecer de rejeição; concluiu dizendo que o Legislativo deveria atuar como ponte e porta-voz, e que desejava poupar o vereador Ranalli da frustração que ela mesma viveu, trabalhando para entregar o benefício de forma consolidada no futuro. Em questão de esclarecimento o vereador Chico 2000 fez um esclarecimento sobre a fala da vereadora Michelly Alencar, registrando que, na oportunidade citada por ela, sua



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

emenda do passe livre dos atletas foi de fato aprovada pela Casa e não foi vetada pelo Executivo; afirmou que naquela ocasião prevaleceu o trabalho e a vontade da vereadora, e que a Câmara impediu o veto; no ensejo, concluiu ressaltando que o poder de cumprir ou não a emenda aprovada era um poder exclusivo do Executivo. Para discutir os pareceres o vereador T. Coronel Dias dirigiu-se aos vigilantes presentes, parabenizando-os e reconhecendo a legitimidade de sua causa; relatou que como presidente da comissão de segurança pública, viu a intenção do prefeito em reorganizar as finanças para atender ao direito da categoria; externou que embora tenha elogiado a "engenharia" orçamentária feita pelo vereador Ranalli, expressou sua preferência por que esse tipo de ajuste passe primeiro pelo mandatário (o prefeito) para ser mais interessante para a gestão pública; declarou que, sendo honesto, votaria pela rejeição da emenda pelo método utilizado, mas se comprometeu pessoalmente, juntamente com os vereadores Sargento Joelson e Ranalli, a trabalhar para solucionar o problema; concluiu expressando confiança de que a pauta seria vencida com base nas reuniões já realizadas na prefeitura, e que estaria ao lado dos vigilantes até que todos recebessem o auxílio periculosidade. Pela liderança do governo municipal Dilemário Alencar explicou aos vigilantes que o parecer de rejeição da CCJ se devia ao "vício de iniciativa", pois a Constituição Federal proíbe que o Legislativo crie matéria que gere despesa para o Executivo; afirmou que o esforço deveria ser para buscar a legalidade, por meio de um projeto de lei enviado pelo prefeito para regulamentar o benefício; revelou que, como parlamentar, já havia apresentado anteprojetos na gestão anterior, sem sucesso; alertou que, se aprovado da forma como estava, o encaminhamento seria barrado pela Procuradoria Geral do Município; enfatizou que o diálogo aberto com o prefeito, naquele momento, representava uma grande oportunidade, seguindo o exemplo bem-sucedido das TDIs, do interstício da saúde e das CADs, que foram resolvidas por meio de negociação e legalidade; convocou os vigilantes a fazerem um gesto de concordância ("um joia") para demonstrar ao plenário que já haviam iniciado um entendimento com a prefeitura, visando vencer a batalha em 2026. Em questão de esclarecimento o vereador Daniel Monteiro corrigiu o vereador Dilemário Alencar, esclarecendo que o relatório de rejeição da CCJ não foi unânime, pois ele, como membro da comissão, emitiu parecer pela aprovação da emenda; explicou que a emenda do vereador Ranalli não determinava o pagamento, mas sim separava o dinheiro no caixa para janeiro, evitando que o Executivo alegasse posterior falta de recursos; concluiu que "o resto é conversa fiada". Pela liderança do governo municipal Dilemário Alencar declarou que nunca foi aprovada uma emenda de vereador que implantasse um benefício, pois isso configuraria um vício constitucional. Terminada a discussão, no uso da palavra a presidente Paula Calil explicou que o "voto sim" era para manter os pareceres e o "voto não" era para rejeitá-los. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 15 (quinze) "votos sim", 07 (sete) "votos não", e 04 (quatro) ausências dos edis, a saber: Marcus Brito Jr., Sargento Joelson, Maria Avalone, e Dra. Mara. No uso da palavra a presidente Paula Calil declarou mantidos os sobreditos pareceres, e informou que as emendas iriam ao arquivo. Em questão de esclarecimento o vereador Daniel Monteiro proferiu que o "acordão" era verdadeira e que a reunião realmente havia acontecido. Para declaração de voto o vereador Jeferson Siqueira solidarizou-se com o vereador Ranalli, afirmando que ficou explícito na sessão a existência de um



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

"acordão" que privilegiava o Executivo e que fazia do prefeito Abílio "o cara que resolve; relatou aos vigilantes que a "conversa fiada" que ouviram se repetiria e que mentiriam para eles; criticou severamente o fato de todas as emendas terem parecer de rejeição, caracterizando-o como uma "blindagem" da Casa; concluiu lamentando a situação, especialmente o fato de mulheres parlamentares votarem contra projetos importantes para as mulheres, o que classificou como triste e lamentável. Em seguida, no uso da palavra a presidente Paula Calil solicitou que o secretário *ad hoc* vereador Kássio Coelho fizesse a conferência de quórum. Com a palavra o referido secretário *ad hoc* registrou as presenças dos vereadores em plenário, a saber: Dilemário Alencar, Jeferson Siqueira, Dídimo Vovô, Cezinha Nascimento, Ranalli, Baixinha Giraldeili, Alex Rodrigues, e Maysa Leão. No uso da palavra a sobredita presidente informou que não havia quórum necessário para a Ordem do Dia, pois eram necessários a presença de 14 (quatorze) vereadores. Após, às 13h33, a sra. presidente – vereadora Paula Calil declarou por encerrada a presente sessão, convocando os pares para a próxima sessão extraordinária a realizar-se, às 14 horas. Esta é a Ata que se lavrou para constar, devendo ser assinada, mediante leitura e aprovação.


PRESIDENTE


SECRETARIA(O)

MAURO
TSUGUMITI
FUKUHARA
57175519168

Assinado digitalmente por MAURO
TSUGUMITI FUKUHARA:57175519168
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
Certificado Digital PF A3, OU=
Videoconferencia, OU=
22087251000198, OU=AC SyngularID
Múltipla, CN=MAURO TSUGUMITI
FUKUHARA:57175519168
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.01.06 12:31:24-04'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

Mauro Tsugumiti Fukuhara.
Taquígrafo Legislativo.